

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIANA RUBIA MOREIRA

**REFLEXÕES SOBRE AS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURSOS
DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARANAENSES**

MARINGÁ
2016

MARIANA RUBIA MOREIRA

**REFLEXÕES SOBRE AS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURSOS
DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARANAENSES**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Ercilia Maria Angeli Teixeira de Paula

MARINGÁ

2016

MARIANA RUBIA MOREIRA

**REFLEXÕES SOBRE AS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURSOS
DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARANAENSES**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Profa . Dra. Ercilia Maria Angeli Teixeira de Paula (Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá

Profa.Dra. Gizeli Ap. Ribeiro de Alencar
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Ms. Rubiana Brasília Santa Bárbara
Universidade Estadual de Maringá

MOREIRA, Mariana Rubia. **Reflexões sobre as disciplinas de educação especial nos cursos de pedagogia das universidades públicas paranaenses.** 2016. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2016.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral verificar nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas do Paraná, quais elementos da formação básica que contribuem para a atuação do pedagogo com os alunos de inclusão, em todos os níveis de ensino. Acredita-se que os PPP's dão pouco destaque para essa formação. Para tanto, foram investigadas disciplinas, ementas, bibliografias, que possuem vínculo explícito com a educação especial/inclusiva nesses cursos. Foram averiguados quais elementos sobre inclusão que sugerimos ser inseridos nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições. O artigo buscou compreender também se esses cursos de Pedagogia possuem serviço de apoio especializado para os universitários que são deficientes e frequentam essas instituições. Como metodologia, foi utilizada a revisão de literatura sobre legislações, análise de artigos sobre inclusão, assim como dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia. Para a análise dos materiais, foi utilizado como referencial teórico, Lev Vygotsky, considerado um autor de grande importância para a educação de crianças deficientes. Como resultados, verificamos que os cursos de pedagogia das universidades pesquisadas, não possuem carga horária suficiente e nem estágios curriculares supervisionados na área, que pudesse proporcionar aos professores/pedagogos, realizar um trabalho de excelência com os alunos especiais que estão incluídos no ensino básico.

Palavras-chave: Inclusão escolar – Educação Especial – Formação de professores

ABSTRACT

This work aimed to verify in the Political Pedagogic Projects of Pedagogy Course of Public Universities from Paraná which elements of basic training that contribute to the acting of the pedagogue with the inclusion pupils in all grade levels. It's believed that the PPP's give little attention to this training. Therefore, were investigated subjects, menus, bibliographies, which have explicit connection with the special / inclusive education in these courses. Were investigated which elements of inclusion that we suggest be inserted in Political Pedagogic Projects of the institutions. The article also searched to understand if these teaching courses have specialized support service for students who are disabled and frequent these institutions. The methodology used was a review of literature on laws, analysis of articles about inclusion, as well the Political Pedagogic projects of Pedagogy course. For the analysis of materials was used as a theoretical referential, Lev Vygotsky, considered a major author for the education of disabled children. As a result we find that the pedagogy courses of the surveyed universities do not have sufficient workload and either supervised internships in the area that could provide for the teachers / educators, conduct a work of excellence with the special students who are included in primary education.

Keywords: School Inclusion – Special Education – Teacher Formation

REFLEXÕES SOBRE AS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARANAENSES

Mariana Rúbia Moreira¹

Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula²

O presente trabalho de conclusão de curso teve como finalidade verificar nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia das Universidades públicas paranaenses, quais as disciplinas da formação básica que contribuem para a atuação do pedagogo com os alunos de inclusão em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil, ao Ensino Superior.

O interesse pela a temática desta pesquisa ocorreu por meio da participação de um estágio não-obrigatório em um colégio da rede privada na cidade de Maringá no Paraná. Nesta escola, quando fui auxiliar de um aluno com Síndrome de Down, ficava muito preocupada e angustiada, pois queria poder atendê-lo e contribuir para o seu desenvolvimento e para a sua formação da melhor forma possível. Porém, eu não tinha nenhuma orientação por parte das pedagogas da instituição para trabalhar com ele e também não tinha formação, pois eu ainda estava no segundo ano da Graduação. Nesse período, existiam discussões sobre a questão da educação inclusiva e projetos de extensão no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Eu pude participar do projeto “Atividades alternativas para pessoas com necessidades especiais” no meu primeiro ano de graduação, coordenado pela Professora Doutora Gizeli Ap. Ribeiro de Alencar³. Este projeto contribuiu muito para a minha formação, mas, deveriam existir disciplinas relacionadas à educação especial neste período. A Universidade Estadual de Maringá possui uma disciplina sobre Educação Especial, porém, ela só ocorre somente no último ano da Graduação.

A construção de políticas para a Educação Especial, em termos internacionais, já acontece desde a década de 1990, como por exemplo, a Conferência Mundial da Educação para todos – Jontiem (TAILÂNDIA, 1990); a

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá – UEM-PR

² Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM- PR e orientadora do TCC

³Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá e Coordenadora do Projeto de Extensão: Atividades Alternativas para Pessoas com Necessidades Especiais.

Declaração de Igualdade e oportunidades para pessoas com deficiência, em 1993 (LISBOA, 1993) e a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca (SALAMANCA, 1994), esta que foi muito importante no reconhecimento dos direitos das pessoas deficientes.

Segundo o documento: Declaração de Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência (1993), com o decorrer dos tempos, as políticas relativas à deficiência evoluíram da prestação de cuidados elementares em meio institucional até a existência de políticas educativas para crianças com deficiência e políticas de reabilitação para todas as pessoas com deficiência. Após essas políticas foram constituídas organizações de pessoas com deficiência, suas famílias e seus defensores que lutam, exigem e defendem melhores condições de vida para as pessoas com deficiência.

No Brasil, para tratarmos da legislação, nas últimas décadas, para tentar suprir as demandas da educação inclusiva, também foram construídas, algumas políticas. No ano de 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial – PNEE (BRASIL, 1994) pelo MEC/SEESP que orientou o processo de integração dos alunos com deficientes ao ensino regular. Essa legislação estava voltada para aqueles que "possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais" (BRASIL, 1994, p.19).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9694/96 (BRASIL, 1996), nos artigos 58,59 e 60 foram incluídos elementos relacionados a inclusão das pessoas com deficiência na educação, principalmente em relação as questões dos direitos igualitários a todas as pessoas.

O princípio de igualdade de direitos implica que as necessidades de todos e de cada um tenham igual importância. Também defende que as necessidades sejam a base do planejamento das sociedades e que todos os recursos sejam utilizados de forma a garantir a cada indivíduo igual oportunidade de participação.

Em de junho de 2009, foram aprovadas as “Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica”, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009). Essas diretrizes estão presentes no documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão” (BRASIL, 2008) pelo CNE e MEC. (BRASIL, 2012).

Segundo o documento: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2008) no mês de janeiro de 2008, a “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” (BRASIL, 2009) SEESP/MEC foi publicada e propunha que:

[...] passou a orientar passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino. (BRASIL,2009 p.299.).

O termo “inclusão escolar” vem sendo cada dia mais discutido nas escolas e na sociedade. Porém, aparentemente, ele apresenta algumas dificuldades de aceitação por vários segmentos sociais. Os cursos de Pedagogia e licenciaturas ainda dão pouco destaque para a formação de professores para que possam atuar com os alunos que possuem alguma deficiência nas escolas. O problema é que a realidade da inclusão escolar é complexa quando se trata da interação dos alunos deficientes com os outros alunos e com professores, principalmente quando se trata das questões de ensino-aprendizagem e até mesmo a socialização. Quando os professores não estão preparados e abertos para a inclusão, eles irão exigir dos alunos deficientes as mesmas condutas e avaliações da aprendizagem utilizados com outros alunos e acadêmicos e não estão atentos as necessidades dos alunos deficientes.

Pesquisando os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia das universidades públicas do Paraná, percebe-se que as instituições que possuem alguma disciplina relacionada com Educação Especial possuem uma carga horária pequena e, muitas disciplinas, não apresentam a parte prática. Nas ementas, por exemplo, não se prevê visitas a instituições ou estágios na área da Educação Especial. Em alguns cursos, existem algumas disciplinas que são encontradas em uma lista de disciplinas optativas, as quais os alunos devem escolher para completar a carga horária exigida pela instituição.

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) possui em seu curso de Pedagogia, a disciplina “Necessidades Educacionais Especiais” de 34h/aula no último na da Graduação. Consideramos que uma disciplina só e de carga horária pequena (34 horas) é insuficiente para uma formação capaz de fazer um trabalho de excelência com os alunos deficientes.

Diante das dificuldades que podem estar presentes no cotidiano escolar da inclusão, indagamos: Quais elementos da formação básica dos cursos de Pedagogia contribuem para a atuação do pedagogo com os alunos de inclusão? Como os cursos se organizam para preparar os futuros pedagogos para atuarem com alunos deficientes? Ao longo deste artigo, o objetivo principal foi apresentar uma análise das ementas presentes nas disciplinas dos cursos de Pedagogia das Universidades públicas do Paraná. Os objetivos específicos foram: investigar quais disciplinas possuem o título e vínculo explícito com a educação inclusiva, verificar se as universidades possuem programas específicos de apoio à acadêmicos deficientes, e sugerir elementos que podem ser inseridos nos currículos dos cursos de Pedagogia.

Como metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa de caráter documental na qual foram analisados as ementas de disciplinas presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Pedagogia de sete Universidades Públicas paranaenses. Foram realizadas pesquisas nos *sites* das universidades públicas, nos PPPs e foram investigados programas que auxiliam os acadêmicos que possuem deficiências. Para a coleta de dados foram consultados nesses PPP's, as disciplinas que tinham vínculo explícito com a educação inclusiva e educação especial. O intuito era investigar se esse conjunto de disciplinas oferecia instrumento teórico-metodológico para a atuação do pedagogo na educação inclusiva.

Acredita-se que existe um déficit na formação dos professores na própria Graduação, pois, faltam profissionais preparados para lidarem com os alunos deficientes, que por diferentes casos necessitam de mais atenção. Como hipótese, podemos considerar que muitos professores (as) não têm formação e lidam com os casos de inclusão como "senso comum" e não com um estudo mais sistematizado. Como consequência disso, muitos trabalhos realizados com esses alunos não são de qualidade e a relação/socialização dos alunos de inclusão com os outros alunos, não é satisfatória. Muitos acadêmicos também agem de forma limitada com seus colegas que possuem deficiências na universidade por desconhecerem os modos como interagir e poder ajudá-los, assim como incluí-los no curso.

Para o professor (a) ter uma formação mais sólida, é necessário fazer uma especialização nesta área. Essas são formações obrigatórias e necessárias

para o trabalho em escolas especializadas em Educação Especial, como por exemplo, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Associação Norte Paranaense de Reabilitação (ANPR), Associação Maringaense de Autismo (AMA), dentre tantas outras instituições importantes. Para o ensino regular, essa formação ainda é precária e muitos professores (as) que atuam com alunos deficientes só possuem formação em Pedagogia.

Não se pode deixar o aluno de inclusão de lado, em todos os níveis de ensino. Por isso, é necessário que o professor saiba como trabalhar e atuar com ele para que ocorra uma aprendizagem efetiva. De acordo com Gomes (2003, p.270):

O dever dos professores é mediar a relação entre o aluno conhecimento, organizando o grupo e priorizando as atividades didáticas que possam ser significativas para a aprendizagem, de acordo com a realidade que trabalham e com o perfil de seus alunos.

Quando se oportuniza somente o acesso à instituição escolar básica, esse aspecto não é considerado inclusão. Mendes (2006, p. 402) discute que:

[...] só o acesso não é suficiente, e traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática. É preciso, portanto, questionar: Qual a prática necessária e o conhecimento necessário para fundamentar a prática? E este é, sem dúvida nenhuma, um exercício para a pesquisa científica.

É necessário que haja uma preocupação na formulação dos currículos dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de Pedagogia e licenciaturas. Também se faz necessário que sejam oferecidos cursos gratuitos obrigatórios nas instituições escolares para professores já formados que estão em sala de aula e que não conseguiram uma formação necessária para lidar com alunos deficientes. Esses elementos podem contribuir para a garantia de uma inclusão mais satisfatória.

Henriques (2012, p.9) também discute o fato que a escola deve garantir uma inclusão de qualidade:

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada, para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou

qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Além da capacitação dos professores, a instituição como um todo, também precisa se adequar aos seus educandos que possuem deficiências. De acordo com Guimarães (2003, p. 44): “Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que esta se transforme de forma a possibilitar a inserção daquela.”

Esta pesquisa se fundamentou nas contribuições de teoria sócio-histórica de Lev Vygotsky. Essa teoria apareceu com destaque na perspectiva Histórico-Cultural na década de 1920 com trabalhos desenvolvidos por Lev Vygotsky junto de seus colaboradores como Luria, Leontiev, Elkoïn, dentre outros. Vygotsky é um autor considerado muito importante para a educação, inclusive para a educação especial. Quando era professor, se interessou por crianças que possuíam deficiências. A deficiência intelectual, principalmente, foi a que ele considerou como fonte experimental para sua teoria Histórico-Cultural.

Vygotsky considerava que as crianças e as pessoas de modo geral precisavam interagir com diferentes idades, condições culturais, econômicas e também, interagir com pessoas deficientes. Por isso acreditamos que a educação necessita implementar de fato os princípios propostos por ele em sua teoria. Com relação a socialização da criança que possui algum tipo de deficiência, Vygostky descrevia que:

A socialização da criança não só ativa e exercita suas funções psicológicas, como é a fonte do surgimento de uma conduta determinada historicamente (...). A relação social é a fonte do desenvolvimento dessas funções, particularmente na criança deficiente mental” (VYGOTSKY, 1989, p.109).

O desenvolvimento de uma criança que possui alguma deficiência não é muito diferente da criança que não possui deficiência. Várias das funções psíquicas da criança podem não ter sido alcançadas por alguma incapacidade, por falta de estímulos e interações que possibilitem o desenvolvimento pleno.

Para Vygotsky é possível entender que as oportunidades de socialização da criança com alguma deficiência em seu meio social interferem no desenvolvimento das funções mentais superiores. A exclusão traz prejuízos na

sua forma de socialização, na aprendizagem e no desenvolvimento. Com isso, a instituição escolar é considerada um espaço de interação e tem uma importante função para o desenvolvimento dos alunos. Portanto, ela precisa oportunizar a interação social, criando Zonas de Desenvolvimento Proximal, para propiciar uma compensação á deficiência do individuo. É preciso que o pedagogo (a) esteja preparado para atuar nessa prática.

Para Vygotsky (1997), a função orgânica das crianças que possuem algum tipo de deficiência pode sofrer alterações com o convívio de outras crianças, sendo possível a consolidação e a modificação das funções psicológicas superiores (atenção voluntária, percepção, a memória e pensamento).

O estudo desse autor mostra a necessidade de serem realizadas pesquisas, pois, a entrada dos alunos deficientes na escola está sendo cada vez maior. Por isso, é importante saber como estão estruturados os currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas do Paraná. Além destes autores, apresentamos algumas leis que discutem a educação inclusiva para a formação de professores, assim como abordam a importância da formação do docente especializada para a prática da inclusão.

Portanto procuramos os elementos que já existem e os que são necessários para contribuir na atuação dos pedagogos e professores (as) para com os alunos de inclusão.

A seguir, discutiremos os aspectos básicos deste trabalho.

1. OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ

Antes de apresentar as análises, é importante destacar que foram considerados somente as ementas dos cursos de Graduação presenciais. Buscamos analisar as disciplinas que possuíam título e vínculo explícito com a educação especial e/ou inclusiva. Na pesquisa, encontramos algumas disciplinas que traziam em suas ementas a Educação Especial, porém, não em seu título. Desta maneira, pela brevidade do artigo, priorizamos as disciplinas que se aprofundam e apresentam no título o tema Educação Especial e Educação Inclusiva.

Para as análises foram realizadas pesquisas nos *sites* das seguintes universidades: Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR); Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Ou seja, todas as universidades públicas pertencentes ao estado do Paraná.

Das Universidades pesquisadas, as que não possuem o curso de Pedagogia são três: Universidade Tecnológica do Paraná (UFTPR) a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) - Campus Luiz Meneghel e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Para analisar os Projetos Políticos Pedagógicos das universidades foi necessário primeiro entender o que é um PPP. Se procurarmos no sentido etimológico, o termo projeto, de acordo com Ferreira (1975, p. 144) vem do latim *projectu* = lançado. É participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para frente. É um plano, intento, desígnio. Empreendimento. Plano geral de edificação.

Segundo Gadotti (1994, p.579) busca esclarecer o que é um projeto:

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam-se visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Para Veiga (1995) o Projeto Político Pedagógico vai além de um simples conjunto de atividades e planos de ensino. Ele não é algo que, depois de feito, deve ser arquivado ou encaminhado para as autoridades educacionais, mas sim que precisa ser vivenciados por todos que fazem parte do meio escolar. Com relação à inclusão, a característica do Projeto Político Pedagógico é:

[...] a busca de construção da identidade, da organização e da gestão do trabalho de cada instituição educativa. O projeto reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos. Assim, são compartilhados desejos, crenças, valores, concepções, que definem os princípios da ação pedagógica e vão delineando, em um processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriedade, suas vetas, seus objetivos, suas formas de organização e suas ações (FARIA; DIAS, 2007, p. 20).

De acordo com dados do Ministério da Educação - MEC (BRASIL, 2000), apresentado no documento “Evolução da Educação Especial no Brasil”, existe um número de pessoas (crianças, jovens ou adultos) matriculados em todos os níveis de ensino. O documento mencionado apresenta como dados para o Estado do Paraná a seguinte situação, assim distribuída:

- População total: 9.564.643
- População com deficiência no Estado: 1.297.877
- População de 0 a 17 anos com deficiência: 131.479
- 0 a 4 anos: 18.163
- 5 a 9 anos: 35.123
- 10 a 14 anos: 49.575
- 15 a 17 anos: 28.618
- 18 a 24 anos: 76.772 Fonte: MEC/Censo Demográfico/IBGE/2000 (BRASIL, 2006. p. 36)

Observa-se que existem índices consideráveis e que precisam ser respeitados na formulação de políticas e de formação dos professores para atuarem com essas pessoas. Desde a Conferência Mundial da educação para todos – 1990 (JONTIEM, 1990), uma das mais importantes políticas relacionadas à educação especial, já se discutia a necessidade de atenção especializada. A conferência propunha para a formação de professores:

Satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos e o esforço de longo prazo para a consecução desse objetivo pode ser sustentado de forma mais eficaz, uma vez estabelecidos objetivos intermediários e medidos os progressos realizados.

No § 1º, do artigo 58 da LDB está descrito que: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. (BRASIL, 1996, p 21).

Neste artigo, pode-se perceber que já se chamava a atenção para dar importância aos alunos deficientes, que até esse momento não tinham apoio do Sistema de Ensino para o ensino escolar. Exceto em algumas instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e outras que são especializadas em alunos especiais.

A Conferência Mundial de Educação Especial (Declaração de Salamanca- 1994) aconteceu na Espanha entre os dias 7 e 10 de junho de 1994, com a colaboração da UNESCO, pelo governo Espanhol, com a finalidade de reafirmar o compromisso pré – estabelecido com o projeto Educação para Todos, tratando de princípios, políticas e práticas na área de educação especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, p.21), no Artigo 58, trazia que "Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

Porém, segundo Michels (2005), mesmo sendo legalmente referida como "modalidade de ensino", a Educação Especial tem sido, historicamente, caracterizada como um subsistema ou um sistema paralelo de ensino "[...] mas, apesar de funcionar como um sistema paralelo, a lei explicita a relação entre Educação Especial e Educação Regular, especificamente quanto ao local onde a primeira deve ocorrer - preferencialmente na rede regular de ensino." (MICHELS, 2005.p 256)

De acordo as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), definidas pelo MEC, os cursos de Pedagogia devem dar a importância de formarem profissionais que conheçam as políticas de inclusão e profissionais para "[...] compreenderem suas implicações organizacionais e pedagógicas, para a democratização da Educação Básica no país. A inclusão não é uma modalidade, mas um princípio do trabalho educativo. (BRASIL, 2006, p.12.)".

Após apresentarmos essas discussões sobre a necessidade de inclusão da Educação Especial nos cursos de Pedagogia apresentaremos os dados coletados nesta pesquisa.

2. EMENTAS QUE DISCUTEM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ

Após realizada a análise de sete universidades, encontramos quinze disciplinas relacionadas a educação especial. Organizamos um quadro contendo as ementas das disciplinas, carga horária, campus e nome das disciplinas.

INSTITUIÇÃO/DISCIPLINA/ HORAS/AULA	EMENTA
UEM/ Necessidades Educacionais Especiais / 34h / aula	Necessidades educacionais especiais e mediação na prática pedagógica. Possibilitar o conhecimento sobre a história do atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais; identificar diferentes necessidades educacionais especiais; subsidiar a compreensão da mediação como um dos fatores para o desenvolvimento humano.
UEL/ Educação Especial / 60h /aula	Caracterização das Necessidades Educacionais Especiais. Educação Especial nos diferentes níveis de ensino. Adaptações Curriculares. Estratégias pedagógicas favorecedoras da inclusão no contexto escolar. Avaliação das necessidades educacionais especiais no contexto educacional.
UNIOESTE de Francisco Beltrão / Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva I e II - 68h/aula	Análise de aspectos históricos, natureza e extensão da excepcionalidade. Caracterização e estudo da evolução do atendimento educacional de pessoas com necessidades especiais. Proposta pedagógica para a educabilidade de alunos com necessidades especiais a partir de suas características e possibilidades. Princípios éticos e filosóficos da Educação Inclusiva no contexto da Escola Pública: Direito, Legislação, Cidadania. Análise e construção do processo de Educação Inclusiva, priorizando adaptações curriculares e redes de apoio como estratégia para educação de alunos com necessidades especiais.
UNICENTRO de Guarapuava / Teoria e metodologia da educação	Características da pessoa com necessidades educacionais especiais. Pressupostos sociais, educacionais e

especial e inclusiva – 136h/aula	políticos. Vida independente, cidadania e trabalho. Inclusão, família e escola.
UNIOSTE - Foz do Iguaçu/ Fundamentos da Educação Especial - 68h/aula	Compreensão do desenvolvimento histórico e filosófico da educação especial: concepção, necessidade e sua articulação com os processos de integração e inclusão; conhecimento das características e potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais na perspectiva histórica social.
UNIOSTE de Cascavel / Fundamentos da Educação Especial- 120h/aula	Exame da formulação da política educacional brasileira contemporânea – legislação, projetos e programas – como resultado das disputas entre os projetos educacionais dos diferentes grupos sociais
UNICENTRO de Irati/ Fundamentos da Educação Especial – 68h/aula	Retrospectiva da Educação Especial no contexto da Educação Brasileira. Perspectivas dos serviços e programas de atendimento em Educação Especial. O processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais nas áreas mental, sensorial e física e as estratégias pedagógicas.
Educação inclusiva / 68h/aula	Os pressupostos pedagógicos do trabalho em Educação Especial numa concepção histórica. O paradigma contemporâneo da Educação Inclusiva e suas principais características: aspectos linguísticos, eliminação de barreiras, adaptações curriculares, empregabilidade e as metodologias alternativas que atendam ao princípio da diversidade objetivando a inclusão social.
UEPG/ Pedagogia Inclusiva/ 51h/aula	Pedagogia Inclusiva Caracterização das necessidades educacionais especiais. Níveis de prevenção. Recursos pedagógicos. Acessibilidade. Múltiplas linguagens da inclusão. Bilinguismo. Sistema Sign Writing. Sistema Braille. Alfabetização tecnológica inclusiva
UENP – Campus Cornélio Procopio/ Fundamentos Teóricos e Políticos da Educação Especial/60h	Aspectos históricos da Educação Especial. Bases teóricas e legais da educação inclusiva. Caracterização das deficiências. Educação inclusiva e o atendimento às necessidades educacionais especiais do aluno com deficiência nos diferentes níveis de ensino. Legislação e Políticas Públicas para a Educação Especial Inclusiva no Brasil”

<p>UENP – campus Jacarezinho /Educação Especial e Inclusão/72h</p>	<p>Educação especial. Deficiências. Inclusão. História e os paradigmas da inclusão e educação especial. Políticas públicas, princípios, leis e concepções de educação inclusiva. Metodologias específicas de atendimento educacional</p>
<p>UFPR - Fundamentos da Educação Especial / 60h</p>	<p>Evolução histórica da Educação Especial no Brasil. Princípios norteadores da Educação Especial e da Educação Inclusiva. Legislação e normas. Caracterização da clientela. Programas de atendimento. Formação de Recursos Humanos.</p>
<p>Educação Especial na Área Não-Escolar /30h</p>	<p>Configuração histórica dos atendimentos interdisciplinares às pessoas com necessidades especiais. Constituição de equipes nos modelos governamentais e não-governamentais internacionais e brasileiras. O papel do pedagogo e demais profissionais nas diversas etapas do atendimento a pessoas com necessidades especiais.</p>
<p>Organização e Gestão em Educação Especial /60h</p>	<p>Pressupostos históricos, políticos e filosóficos do movimento de integração/inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais. Organização e gestão do trabalho pedagógico escolar nos diversos níveis, etapas e modalidades, e não-escolar, com pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto atual.</p>
<p>Planejamento Educacional e Currículo em Educação Especial/45h</p>	<p>Configuração histórica da diversidade na sociedade. Educação Especial e seus determinantes históricos, sócio-econômicos e políticos. Direitos das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e suas implicações educacionais. Políticas educacionais para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Organização e gestão da Educação Especial no Brasil.</p>

Quadro 1: Relação das ementas das disciplinas do curso de Pedagogia das Universidades públicas paranaenses

Como é possível verificar, todas as universidades que analisamos, possuem ao menos uma disciplina na área da Educação Especial. Essas disciplinas são de cunho obrigatório, exceto na Universidade Federal do Paraná (UFPR) Curitiba, onde a mesma possui quatro disciplinas que trazem em seus títulos explicitamente a Educação Especial. Porém, somente uma delas faz parte da grade de disciplinas obrigatórias do curso de Graduação, a disciplina “Fundamentos da Educação Especial”. O curso nesta instituição oferece mais quatro disciplinas na área, porém, elas se encontram numa lista de disciplinas optativas, ou seja, não são obrigatórias. São elas: “Organização e Gestão em Educação Especial”, “Educação Especial na Área Não-Escolar” e “Planejamento Educacional” e “Currículo em Educação Especial”.

Nas instituições que possuem mais de um campus, as disciplinas são muito parecidas em relação a sua nomenclatura e características das ementas. A Universidade Estadual de Maringá (UEM) que possui os cursos de Pedagogia em Maringá (UEM) e Cianorte (UEM-CRC) possui a mesma disciplina e ementas para ambos os campus.

A UENP descrever como as outras de Jacarezinho e a de Cornélio Procópio possuem, cada uma, uma disciplina que apresenta o mesmo nome, onde ambas trazem os aspectos históricos da Educação Especial e legislação. Porém, a UENP de Jacarezinho, diferente do campus Cornélio Procópio, traz a questão da caracterização das deficiências. Esse aspecto é considerado um ponto importante para a formação do pedagogo para o trabalho com crianças especiais.

A Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), possui pedagogia nos campus de Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu e Cascavel. Em relação às nomenclaturas das disciplinas, não existem muitas diferenças, porém, as cargas horárias variam de 68h/aula (Francisco Beltrão e Foz do Iguaçu), e 120h/aula (Cascavel). Esse aspecto pode fazer muita diferença, pois o campus que possui 120h/aula, o tempo é maior para as discussões acerca das questões levantadas nas ementas, em sala de aula.

Em relação à caracterização das ementas, não houve grande variação entre conteúdos, exceto no campus de Cascavel (sigla) que é o único que discute a questão da política educacional como resultado das disputas entre os

projetos educacionais dos diferentes grupos sociais, porém, ele não traz como conteúdo a história da educação especial.

A Universidade do Centro-Oeste (UNICENTRO) de Irati e de Guarapuava apresentaram diferenças nas nomenclaturas, nos números das disciplinas e nas cargas horárias. No Curso de Pedagogia de Irati, existem duas disciplinas de 68h/aula cada, e a de Guarapuava possui uma só, porém sua carga horária é de 136 h/aula.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) se destaca nas especificidades que sua ementa traz. É a única instituição que trata de recursos pedagógicos, acessibilidade, sistema braile, bilinguismo. Porém, sua carga horária é de apenas 51h/aulas. Acreditamos que é difícil o cumprimento destes objetivos nessa carga horária.

Com a análise das ementas e objetivos, é notório que os cursos de Pedagogia dão pouco destaque para a formação de professores na área da Educação Especial. Pode-se perceber isso, nas poucas horas/aula que são disponibilizadas para esta formação, pois é complexo abranger os conteúdos necessários.

Todas as universidades pesquisadas possuem alguma disciplina relacionada ao tema e percebemos que todas elas são obrigatórias, exceto na Universidade Federal do Paraná (UFPR), que possuem disciplinas de cunho optativo em uma lista de muitas disciplinas de diferentes temas. Podemos perceber que, quatro universidades possuem disciplinas que trabalham a história da educação especial, são elas: UEM, UNIOESTE, UFPR e a UNICENTRO.

Algumas Universidades se destacam nessa pesquisa por possuir uma carga horária maior do que outras. Mesmo que pouco, alguns currículos dão um espaço maior para disciplinas relacionadas a esse tema. Não se pode desconsiderar que as disciplinas são importantes, pois, elas oferecem uma noção dos aspectos teóricos e das práticas que podem ser realizadas com os alunos deficientes. Mas, as disciplinas não são suficientes, pois é preciso também existir estágios supervisionados nesta área. Atualmente existem crianças deficientes nas escolas regulares, esse é um passo importante para a inclusão. Os acadêmicos vivenciam essas situações em estágios regulares. Entretanto, seria interessante que nos estágios, os estudantes de Pedagogia

tivessem acesso as escolas especiais e outros contextos que têm crianças deficientes, como os hospitais, por exemplo.

Após essa análise sobre as disciplinas e os PPPs dos Cursos de Pedagogia das Universidades Públicas paranaenses, apresentaremos como os cursos de Pedagogia estão preocupados com a inclusão dos universitários deficientes nesses cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, pode-se perceber que todas as universidades pesquisadas se preocuparam em incluir em suas ementas pelo menos uma disciplina que envolve a Educação Especial e/ou Educação Inclusiva. Porém, não encontramos nenhuma universidade que apresente estágio curricular supervisionado na área, dificultando assim, os alunos adquirirem pelo menos o mínimo de experiência com alunos deficientes.

Com a análise das ementas, podemos considerar que a maior dificuldade para que ocorra uma inclusão de excelência, é a formação dos professores. Percebemos que a carga horária das disciplinas é pequena e que a faltam estágios curriculares supervisionados na área, dificultando o acesso de experiências com alunos deficientes. A parte curricular que trabalha a Educação Especial não é satisfatória e não há uma relação entre teoria-prática o que compromete a formação dos professores para a inclusão. Segundo o documento do Conselho Nacional de Educação, o Parecer 9/2001 CNE/CP:

A educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (Brasil, 2001, p. 16).

A inclusão precisa ser uma garantia na qual todos os alunos tenham direito à um ensino de qualidade e que se desenvolva de maneira positiva. Para tanto é necessário que haja uma preocupação na concepção dos currículos nos cursos de Pedagogia, para que ocorra uma reformulação dos currículos e Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de modo que sejam oferecidas disciplinas que ofereçam instrumento teórico-metodológico aos futuros (as)

professores (as) e pedagogos (as) para que atuem de maneira sistematizada com os alunos de inclusão. Consideramos que estas questões são importantes para a continuação de uma discussão e temos grande interesse em nos aprofundar mais e continuar a pesquisar sobre este assunto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB** (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. 2001d. **Parecer CNE CNE/CP no. 9, de 18 de jan. 2002**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: Out/2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília, DF: MEC. Parecer n. nº 3/2006, de 13 de dezembro de 2005.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 3. n.5, 7-25, 1999.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; GOMIDE, A. B. **Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU**. In: Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 333 – 352.

FARIA, V. L. B. de; DIAS, F. R. T. de S. **Currículo na educação infantil: diálogos com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed. p. 1. 144.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GOMES, Rejane T. D. **Os Recursos didáticos e a mediação entre o aluno e o conhecimento nas aulas de Geografia.** In: Anais... 7º. ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 2003, UFES. Vitória, 14 a 18 de setembro. p. 268-274.. (CDROM)

HENRIQUES, R. M. **O Currículo Adaptado na Inclusão de Deficiente Intelectual.** Disponível em:
www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf. Acesso em: Jun/2014.

MICHELS, Maria H. **Paradoxos da formação de professores para a Educação Especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico.** Revista Brasileira de Educação Especial, v.11 no.2 Marília. Mai/Ago 2005.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

MENDES, E.G. 2006. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, 11(33):387- 559. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>. Acesso em: Jul/2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Normas sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.** Lisboa, 1993

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Currículo do curso de pedagogia.** Disponível em:
[HTTP://www.crc.uem.br/pedagogia/documentos/grade_curricular_2014.PDF](http://www.crc.uem.br/pedagogia/documentos/grade_curricular_2014.PDF). Acesso em: Jun/2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Projeto Político Pedagógico do curso de pedagogia.** Disponível em:
<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/PPP%20-%202010.pdf>
Acesso em: Jul/2015.

UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ. **Grade e Ementas do curso de pedagogia campus Cascavel.** Disponível em:

http://www.cascavel.unioeste.br/index.php?option=com_content&view=article&id=495&Itemid=1026. Acesso em: Jul/2015.

UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia campus Francisco Beltrão.** Disponível em:

<http://www.unioeste.br/cursos/beltrao/pedagogia/>. Acesso em: Jul/2015.

UNIVERSIDADE DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ. **Currículo do curso de Pedagogia.** Disponível em: <http://cac->

[philip.unioeste.br/cursos/beltrao/pedagogia/arqs/PPP_2008_PEDAGOGIA_3742007_CEPE.pdf](http://cac-philip.unioeste.br/cursos/beltrao/pedagogia/arqs/PPP_2008_PEDAGOGIA_3742007_CEPE.pdf) Acesso em: jul/2015.

UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ. **Currículo do curso de**

pedagogia. Disponível em: <http://www.uenp.edu.br/index.php/menu-uenp-ccp-clca/link-uenp-ccp-letras/230-campus-uenp/uenp-ccp/uenp-ccp-cche/pedagogia>. Acesso em: jul/2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Currículo do curso de Pedagogia.**

Disponível em: <http://www.pedagogia.ufpr.br/alunos/currpedago08.pdf>. Acesso em: jul/2015.

UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ. **Ementas das disciplinas do**

curso de graduação em pedagogia- Campus Cornélio Procópio. Disponível em: <http://www.uenp.edu.br/index.php/pedagogia-ementas>. Acesso em: jul/2015.

UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ. **Ementas das disciplinas do**

curso de graduação em pedagogia- Campus Jacarezinho. Disponível em: <http://www.uenp.edu.br/index.php/pedagogia-cj-ementas>. Acesso em: jul/2015.

VEIGA, I.P . **Projeto político-pedagógico da escola, uma construção possível.** Campinas- SP. Ed Papyrus.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Icone: Ed. da USP, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.